



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Sexta-feira (06/12) a Quinta-feira (12/12)

Manchetes

MPF: Perícias para identificação de tortura no sistema prisional precisam considerar aspectos físicos e psicológicos, defende MPF

Exame: Fardas com câmeras reduzem violência policial, mostram pesquisas

Metrópoles: Presidente cria grupo para investigar erros em ações policiais

A Tribuna: Baep de Santos é o que mais matou durante ações policiais em todo o estado

Folha de São Paulo: Senado aprova versão desidratada de pacote anticrime de Moro

Conjur: Justiça Militar de São Paulo condena 42 PMs por envolvimento com PCC

Ponte: Como foi o massacre em Paraisópolis: o que se sabe até agora

Brasil de Fato: A polícia atira no olho, a Justiça finge que não vê

Agência Câmara: Comissão aprova medidas compensatórias para municípios que abrigam presídios

MPF: Mostra de cinema do MPF proporciona reflexões sobre o sistema prisional à luz dos direitos humanos

Síntese das notícias

Perícias para identificação de tortura no sistema prisional precisam considerar aspectos físicos e psicológicos, defende MPF: Em audiência pública na Câmara dos Deputados na terça-feira (10), o Ministério Público Federal - MPF destacou a necessidade da adoção de critérios claros e objetivos, estabelecidos a partir de padrões internacionais, na realização de perícias para identificação de eventuais práticas de tortura no sistema prisional brasileiro. A medida foi defendida pelo procurador regional da República Ubiratan Cazetta durante debate promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para discutir violações de direitos humanos nos presídios femininos do Pará e do Ceará. Representando as Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF que atuam nas temáticas Criminal - 2CCR e de Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial - 7CCR, o procurador relatou um pouco da experiência da instituição no Pará, onde o Ministério Público Federal atua de forma mais direta desde agosto, quando a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP chegou ao estado. Os agentes da força nacional foram enviados pelo governo federal após o massacre no Presídio de Altamira, onde a guerra de facções deixou 62 pessoas mortas. Com a intervenção nos presídios paraenses, o MPF passou a receber inúmeras denúncias de violência física e moral contra detentos, como uso excessivo da força e do gás de pimenta; suspensão do fornecimento de produtos básicos de saúde, higiene e vestuário; privação ou redução drástica do fornecimento de alimentação; restrição de visitas de parentes e advogados, entre outras violações.

Fonte: MPF (11/12/2019). <http://bit.ly/2YlxJll>



Fardas com câmeras reduzem violência policial, mostram pesquisas: As imagens geradas por câmeras colocadas nas fardas da Polícia Militar de São Paulo, inovação tecnológica que tem recebido investimentos desde 2018, podem ajudar a esclarecer atuações controversas da força de segurança. Se usadas em Paraisópolis, por exemplo, as imagens poderiam ser úteis nas investigações que apuram a morte de nove jovens na comunidade no último dia 1º. Pesquisas mostram resultados favoráveis ao uso chamadas bodycams, como redução no uso da força, consequentemente a diminuição de denúncias contra policiais. Para a PM, o objetivo não é controlar os agentes, mas gerar provas mais contundentes e reduzir índices criminais. A expectativa é que até dezembro de 2023 a PM paulista tenha câmeras em todos os agentes nas principais regiões do estado. Relatório das polícias de Rialto, na Califórnia, por exemplo, mostra queda de 88% nas queixas contra a polícia em 2012, ano em que as câmeras foram adotadas, em relação a 2011. O uso da força por parte dos agentes da cidade caiu 60% – de 61 para 25 casos. Além disso, o uso de violência em situações em que não houve ameaça física aos policiais foi maior entre os agentes que não utilizavam câmeras individuais, ainda segundo o estudo.

Fonte: Exame (11/12/2019). <http://bit.ly/38Bnnsq>

Presidente cria grupo para investigar erros em ações policiais: O presidente da República (sem partido) e o ministro da Justiça e Segurança Pública criaram o Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública. O órgão irá promover “as atividades de correção dos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública”. O decreto que institui o fórum foi publicado na terça-feira (10) no Diário Oficial da União - DOU. Participarão as polícias Federal, Rodoviária Federal - PRF, Departamento Penitenciário Nacional, além das polícias militar, civil, bombeiros, agentes do sistema penitenciário, dos institutos de criminalística e das secretarias de segurança. O documento determina que o grupo deve acompanhar as metas e os indicadores estabelecidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para “solicitar aos órgãos de correção a que se refere o fornecimento de dados e informações que entender necessários, respeitadas as atribuições legais e de modo a promover a racionalização de meios com base nas melhores práticas”.

Fonte: Metrôpoles (10/12/2019). <http://bit.ly/38n4LvU>

Baep de Santos é o que mais matou durante ações policiais em todo o estado: Um relatório divulgado na quarta-feira (11) pela Ouvidoria da Polícia de São Paulo apontou que o 2º Batalhão de Ações Especiais de Polícia - Baep, sediado em Santos, é o que mais matou durante ações realizadas em 2019, de janeiro a novembro. Segundo os dados, 27 pessoas morreram em confronto com policiais do batalhão santista. Além do 2º Baep, outro batalhão da cidade, o 6º BPM, entrou na lista com nove mortes em operações, ficando empatado na 13ª colocação com o 4º Baep (Parque Paulistano), totalizando o número de óbitos na região em 36. O número de mortes do 2º Baep de Santos supera batalhões de regiões mais populosas da Capital. Em segundo no ranking, está o 28º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana - BPM/M, localizado na Zona Leste de São Paulo, que contou 17 vítimas, dez mortes a menos, no mesmo período.

Fonte: A Tribuna (11/12/2019). <https://glo.bo/36s907z>

Senado aprova versão desidratada de pacote anticrime de Moro: Após meses de negociação no Congresso, o plenário do Senado aprovou na quarta-feira (11), em votação simbólica, uma versão desidratada do pacote anticrime inicialmente proposto pelo ministro



da Justiça. O texto agora vai para sanção do presidente da República, mas perdeu parte das principais bandeiras do ministro. Parlamentares da ala lavajatista dizem que vão trabalhar para manter os vetos que o presidente deve fazer a apresentação, em 2020, um novo projeto para tentar recuperar pontos que foram derrubados. Houve acordo unânime para que não fossem feitas alterações agora para garantir a aprovação imediata. Ficaram de fora algumas das principais bandeiras do ex-juiz, como o excludente de ilicitude, a prisão em segunda instância e o acordo de “plea bargain”, acordo penal em que o Ministério Público oferece ao réu uma pena mais branda do que a que ele poderia pegar caso fosse a julgamento. Para minimizar a derrota o ministro da Justiça preferiu pedir aos senadores que aprovassem a versão mais enxuta do texto que veio da Câmara para garantir que a sanção ocorresse ainda em 2019.

Fonte: Folha de São Paulo (11/12/2019). <http://bit.ly/2rtvhTX>

Justiça Militar de São Paulo condena 42 PMs por envolvimento com PCC: A Justiça Militar de São Paulo condenou 42 policiais militares acusados pelo Ministério Público de envolvimento com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital. Os PMs foram sentenciados pelos crimes de concussão, associação ao tráfico de drogas, corrupção passiva, falsidade ideológica e organização criminosa. O julgamento foi presidido pelo juiz da 1ª Auditoria Militar. As penas contra os agentes variam de cinco a 83 anos de prisão. Os policiais eram sargentos, cabos, soldados, além de um subtenente. A decisão afirma que, conforme restou apurado, “os denunciados, Policiais Militares lotados no 22º BPM/M, praticavam crimes para favorecer a organização criminosa conhecida como PCC, permitindo a realização do crime de tráfico de drogas e associação ao tráfico de drogas no território abrangido pelo referido batalhão”.

Fonte: Conjur (9/12/2019). <http://bit.ly/2rJdWGD>

Como foi o massacre em Paraisópolis: o que se sabe até agora: Na madrugada do dia 1º de dezembro de 2019, [nove pessoas](#), de 14 a 23 anos, morreram durante uma ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo no baile funk da DZ7, realizado na favela de Paraisópolis, que fica na zona sul da cidade de São Paulo. Mas o que aconteceu, de fato, entre o final da noite de sábado (30), quando os jovens se deslocaram de diversas regiões da capital paulista e Grande São Paulo para curtir o baile, e a manhã do domingo (1), depois do massacre? Na versão dos PMs, tudo começou com uma suposta perseguição a uma moto com dois suspeitos que teriam atirado nos agentes e tentando se esconder no fluxo. Esse teria sido o motivo para atuarem na dispersão do baile funk. Mais de uma semana após as mortes, a [PM não apresentou provas que sustentem essa versão](#) alegando sigilo das investigações. Testemunhas negam a presença de uma moto na aglomeração e apontam para uma ação truculenta dos policiais, registrada em vídeos. Além disso, sobram dúvidas sobre o horário e o local exato das mortes, e como elas, de fato, aconteceram.

Fonte: Ponte (12/12/2019). <http://bit.ly/2YJ5GSQ>

A polícia atira no olho, a Justiça finge que não vê: A data era 13 de junho de 2013, uma quinta-feira. Manifestantes do Movimento Passe Livre - MPL marchavam pelas ruas do centro de São Paulo para protestar contra o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte público da maior cidade da América do Sul. A passeata reunia centenas de pessoas, mas não chegava a ser uma multidão. Mesmo completamente pacífico, o protesto foi duramente reprimido pela Polícia Militar de São Paulo – PM/SP, com uso indiscriminado de bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha. A violência da polícia nestes dias, que resultou em 150 feridos, desencadearia, nas semanas seguintes, uma

SINOPSE DE NOTÍCIAS



histórica onda de manifestações em todo o país, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. Estima-se que, neste dia da manifestação do MPL, a PM/SP tenha efetuado milhares de disparos de bala de borracha. Um deles atingiu em cheio o olho esquerdo do fotógrafo Sergio Silva, que cobria o protesto. Desesperado e sangrando, Sergio saiu zanzando pelas ruas da cidade e só conseguiu atendimento médico horas depois de ser atingido. Nenhum socorro foi prestado pelos agentes de segurança. Sergio acabou perdendo completamente a visão do olho esquerdo. O fotógrafo teve que contar com apoio de amigos, familiares e a solidariedade de dezenas de outras pessoas para conseguir se reerguer e enfrentar o que estaria por vir. Depois do episódio, ele entrou com um pedido de indenização contra o Estado, que foi negado em uma decisão extremamente preocupante.

Fonte: Brasil de Fato (11/12/2019). <http://bit.ly/36uZ25C>

Comissão aprova medidas compensatórias para municípios que abrigam presídios:

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (11) o Projeto de Lei 296/19, que obriga a União e os estados a adotar medidas compensatórias aos municípios que abrigam unidades prisionais, devido aos impactos decorrentes dessas instalações. As medidas serão firmadas por meio de convênio entre o responsável pela unidade prisional e o município, com recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen. O fundo deverá destinar, pelo menos, 1% do custo total de implantação da unidade prisional e, anualmente, 0,5% das despesas totais necessárias para sua manutenção. Conforme o texto, o dinheiro recebido pelos municípios deverá ser utilizado na ampliação da oferta de serviços públicos e na compensação por eventual perda de receita municipal. Para bancar as medidas compensatórias, o texto permite que até 20% dos recursos provenientes das loterias, que hoje são destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, sejam repassados ao Funpen.

Fonte: Agência Câmara (11/12/2019). <http://bit.ly/2PJgJHE>

Mostra de cinema do MPF proporciona reflexões sobre o sistema prisional à luz dos direitos humanos:

A “Mostra de Cinema – Sistema Prisional e Direitos Humanos”, promovida pela Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional - 7CCR e pelo Comitê de Gênero e Raça do Ministério Público Federal, chegou ao fim na tarde de quarta-feira (11). Durante os três dias de evento, dezenas de pessoas passaram pelo Memorial do MPF, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília, para acompanhar a exibição de três documentários que mostram a realidade do sistema prisional brasileiro à luz dos direitos humanos. O objetivo do evento era fomentar o debate e contribuir para a reflexão do tema, além de discutir questões como racismo institucional, singularidades de gênero, entre outras. Segundo o coordenador da 7CCR, subprocurador-geral da República Domingos da Silveira, a ideia da mostra era “jogar um pouco de luz sobre a realidade violadora de direitos humanos que é o sistema prisional brasileiro, não somente a servidores da casa mas a toda a população interessada nessa temática e que contribuiu com a discussão”.

Fonte: MPF (12/12/2019). <http://bit.ly/2PeIXuO>

